Processos de participação cívica para uma gestão urbana inovadora e inteligente: os casos do Porto e de Lisboa

Catarina Maia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal catarina.maia2@gmail.com Teresa Sá Marques^a Miguel Saraiva^a

^aCentro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) / Departamento de Geografia / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

RESUMO

Vivemos hoje tempos de mudança, de incerteza e de reflexão territorial. Registam-se transformações aceleradas que têm um impacto significativo na vida das populações e em diversos setores da sociedade e da economia das cidades, às quais o planeamento e a gestão urbana têm necessariamente de responder. Esta situação é claramente assinalável nos países do Sul da Europa que nos últimos anos têm sentido o forte impacto da crise que é económica, mas que é também de princípios de governação, de participação cívica e de planeamento urbano. Uma crise caracterizada pela falta de conhecimento das políticas anunciadas pela Estratégia da Europa 2020 que, em torno daquilo que se anseia que sejam as cidades de futuro, sublinha a importância dos territórios criarem os seus próprios desafios, estratégias e visões, e de existir um maior envolvimento dos habitantes, instituições e outras partes interessadas nos processos de decisão e de planeamento, de uma forma global e integrada (community planning). Nas cidades portuguesas do Porto e de Lisboa têm sido alcançados alguns destes pressupostos através de projetos-piloto experimentais de participação pública e desenvolvimento local como "City Plus", "Open Lisboa", "BIP/ZIP" ou parcerias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), relativos a temas como inovação, sustentabilidade ambiental, habitação ou mobilidade. Este trabalho traca a génese e a implementação de alguns projetos de planeamento participativo em ambas as cidades, de acordo com a Estratégia da Europa 2020, e avalia como se relacionam com os novos instrumentos e agendas de planeamento urbano, governança e formulação de políticas públicas. Mais especificamente, este artigo identifica as características subjacentes à implementação desses processos e à relação estrutural entre atores-chave. Deste modo, realizamos um levantamento de iniciativas participativas a nível municipal, dos dois contextos metropolitanos no âmbito dos projetos 2020 e estruturamos um questionário direcionado aos principais atores com envolvimento nestes processos, que conjugamos com entrevistas às duas áreas metropolitanas e às duas cidades centrais (Porto e Lisboa). O artigo pretende contribuir para a discussão em torno de territórios mais inteligentes, colaborativos e relacionais, tendo em conta a vertente mais democrática e inclusiva das cidades que se desenham para o futuro, assumindo que o foco da inovação e da participação está nas comunidades de cidadãos (smart citizens). Pretende, de igual forma, compreender as dinâmicas de planeamento urbano participativo, tendo em vista a promoção de condições propícias a uma melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população.

PALAVRAS-CHAVE: Participação Cívica, Community Planning, Smart Citizens.











